

LÍDER EM CREDIBILIDADE

O DIA

Assembleia

MPC encontra irregularidades e pede devolução de R\$ 4,3 milhões

O Ministério Público de Contas do Estado do Piauí recomenda que o Tribunal de Contas do Estado (TCE) reprove as contas da Assembleia Legislativa referente ao ano de 2011 e ainda que a corte obrigue o presidente da Casa, Themístocles Filho, a devolver aos cofres públicos R\$ 4,3 milhões.

O parecer do MPC é assinado pelo subprocurador geral Pinheiro Júnior. Na

análise, ele considerou gravíssimas as irregularidades nas contas, como "desrespeito e reincidência às normas legais, a obstrução ao exercício do controle externo, a ofensa a diversos princípios da administração pública, a afronta aos preceitos básicos de gestão fiscal responsável".

A multa a Themístocles pode ser substituída pela investigação da responsabilidade de cada um dos

30 deputados responsáveis pelas diárias, para saber o valor desviado ou recebido em cada gabinete, com devolução aos cofres públicos.

Pinheiro Jr. considera as práticas condenáveis e que se "enquadram em atos dolosos de improbidade administrativa e possíveis ilícitos penais". Segundo o procurador, a prestação de contas não apresenta dados sobre diárias e verba

de gabinete e por isso pede ainda que a corte determine uma tomada de contas especial para apurar a responsabilidade de cada deputado, com quantificação de danos ao erário e devolução do que foi gasto de forma irregular.

O MPC opina ainda pela apuração dos gastos referentes à obra referente à reforma e ampliação da Rádio e TV Assembleia, assinatura de prazo para que a

Alepi adote as providências do órgão e comunique todas as irregularidades à Procuradoria de Justiça para que promova ação judicial solicitando o ressarcimento dos gastos ao erário. As contas da Alepi seriam julgadas ontem (24), mas o relator do processo, Abelardo Pio, está viajando e por isso o TCE adiou a apreciação. A ODLA, o deputado Themístocles Filho (PMDB) informou

que sua defesa, através do advogado Noberto Campelo é quem está acompanhando o processo no Tribunal de Contas do Estado. "Ligue para meu advogado Norberto Campelo, ele sabe desse negócio melhor do que eu", informou o parlamentar. A reportagem não conseguiu contato por telefone com o advogado.

(Robert Pedrosa e João Magalhães)



Arimatéia Azevedo
arimateia@portalaz.com.br
@arimateiazevedo

portal 

De alma lavada

Na sessão de ontem, o TCE julgou e considerou legal o contrato entre a Agespisa e a empresa PagContas realizado em 2005. O PSDB havia denunciado irregularidades.

O PagContas continuará prestando serviços para o Estado.

Dúvidas

O empresário Silvio Leite elucidou algumas dúvidas, provando que não existiu favorecimento pelo fato de ter exercido cargos públicos, inclusive foi elogiado pelos conselheiros por que mesmo sem querer ajudou a aprofundar os estudos sobre o tema e pelo trabalho desenvolvido no Estado tanto no cargo público, quanto iniciativa privada.

→ **Sexta-feira**

TERESINA ANO XX
25 05 2015 Nº 8463

meionorte.com

meionorte

criticasesugestoes@meionorte.com

TERESINA (PI), CAPITAL DO MEIO-NORTE DO BRASIL

FECHAMENTO

21h50
CAPITAL E INTERIOR R\$ 2,50
OUTROS ESTADOS R\$ 3,00

DÓLAR

	Compra	Venda
Comercial	3.990	3.991
Turismo	4.000	4.240

VALORES

Poupança	0,71%
INSS	20%
IR	15%

EURO

	Compra	Venda
	4,395	4,398

TEMPO

Nascente	5h39
Poente	17h47
Máxima	33º
Mínima	22º



RETRABALHO



meionorte

▶▶ A | 2

informe@meionorte.com

INFORME

PRIMEIRA COLUNA DE
JORNALISMO ABERTO DO BRASIL



EFRÉM
RIBEIRO

REGULAR

● O Tribunal de Contas do Estado (TCE) julgou ontem o contrato entre a Agespisa e a empresa PagContas, realizado em 2005. O processo teve como relatora a conselheira Waltânia Leal e foi votado por unanimidade desfavorável à denúncia de irregularidade e solicitação de anulação do mesmo. O empresário Silvio Leite disse ter ficado longe do processo porque nunca teve dúvidas quanto à legalidade e que havia contratado um renomado advogado para elucidar dúvidas.



Deputado se explica - 24/09/2015 às 11h18

Átila diz que sua gestão na SEDUC foi pautada pela ética e transparência

Como ir do estágio à gerência



Sobre a matéria divulgada pelo 180 e repercutida pelo [Blog Bastidores](#), titulada [Supostas irregularidades na gestão de Átila Lira podem chegar a R\\$ 8 milhões](#), "o deputado federal Átila Lira (PSB) esclarece que as prestações de contas referentes ao ano de 2013, durante sua gestão na **Secretaria de Educação do Estado do Piauí**, estão em julgamento e que o parlamentar tem prestado todos os esclarecimentos contábeis e factuais ao Tribunal de Contas do Estado do Piauí, aguardando total apuração deste período de sua gestão que sempre foi pautada pela ética e transparência".

Clique no link abaixo e [veja](#) a matéria com as 22 irregularidades detectadas pelo TCE que foram parar no Ministério Público Estadual (MPE):

- [Supostas irregularidades na gestão de Átila Lira podem chegar a R\\$ 8 milhões](#)




Repórter: Rômulo Rocha






Denúncia do Tribunal de Contas - 25/09/2015 às 01h33

Wilson Martins foi chamado a se explicar no contrato da APROJUV

 Curtir { 0 }

 Tweet { 0 }

 G+1 { 0 }

 Compartilhar  

DENÚNCIA

A Diretoria de Fiscalização da Administração Estadual (DFAE) do Tribunal de Contas do Estado (TCE) chamou o ex-governador Wilson Martins (PSB) a se explicar sobre a horrenda gestão da Associação de Promocão da Juventude (APROJUV) no Parque Potyabana, através de um contrato de gestão suspeito, feito na época do Governo de Wilsão.

O governador disse que não pode ser responsabilizado.

Os técnicos da DEFAE, no entanto, entendem diferente. "Com a devida vênia, as alegações suscitadas pelo Sr. Wilson Martins em sua defesa não afastam a sua responsabilidade no caso em tela".

Lembraram os técnicos que a Lei nº 5.519/2005 prevê a possibilidade de intervenção do Poder Executivo na Organização Social, no caso a APROJUV.

Isso até agora não ocorreu, embora tenham ensaiado.

Repórter: Rômulo Rocha
Publicado Por: Rômulo Rocha